LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Nº 01.21.03.001044-6		VALIDADE 03/04/2022
Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 001407/2021 expede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI).		
1 - Nº Empreendimento 00000023622	2 - Razão Social COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA	
3 - Endereço AV CRUZ CABUGÁ, 1387 - SANTO AMARO		
4 - Município Recife - PE	5 - CEP 50040000	
6 - CNPJ / CPF 09.769.035/0001-64		7 - RG / Inscrição Estadual
8 - Caracterização do Empreendimento O empreendimento enquadra-se na Tipologia de Construção ou Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário (Redes de Coleta, Interceptores e Disposição Final de Esgotos Domésticos), Código 4.1 - Q do Anexo I, da Lei Estadual nº 14.249/2010 e suas alterações, referente à licença de Instalação - LI, cuja atividade consiste na ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário na cidade de Gravatá seguindo o projeto básico elaborado pela Compesa para a bacia K1, e projeto básico elaborado pela CAESB para as bacias A1, A2 e A3, contemplando os bairros Novo Prado, Alto da Boa Vista, Bairro Novo e COHAB II, incluindo execução de ligações intradomiciliares, ramais condominiais e rede coletora, totalizando aproximadamente 3.620 ligações intradomiciliares, 30.662,62 metros de implantação de ramal condominial, além da execução de um trecho de rede coletora na ordem de 3.079,58 metros. Localizado no seguinte endereço: SES - Gravatá, sn, Zona Rural, 55000000, Gravatá - PE		
9 - Exigências 1. Em caso de necessidade de Supressão de vegetação, deverá solicitar Autorização Ambiental para tal fim, antes de qualquer intervenção na área; 2. Deverão ser observadas as interferências superficiais e/ou subterrâneos nos logradouros onde forem traçadas as redes; 3. A instalação do canteiro de obra deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito à proteção do meio ambiente; 4. O projeto de sinalização deverá ser elaborado de forma que esteja em consonância com as diversas atividades presentes, além de atender a dois princípios gerais: 4.1 O máximo de segurança para os veículos, pedestres e trabalhadores; 4.2 O mínimo de inconveniência para o público; 5. Ao longo dos cursos d'água existentes, deverá ser assegurada uma faixa de preservação permanente, sendo esta faixa indicada em projeto (planta e memorial descritivo) como "non aedificandi" - uso público, de acordo com a Lei Federal 12651/12. Art 4º; 6. Deverá ter prévio licenciamento da CPRH qualquer alteração/modificação nos projetos aprovados através desta LI; 7. As jazidas não comerciais e os locais de bota-fora deverão ser objeto de licenciamento específico por parte da CPRH antes de sua utilização; 8. A ocupação deverá ser feita de modo a preservar o máximo possível o escoamento natural das águas evitando a possibilidade de estagnações, alterações prejudiciais os Recursos Hídricos, ao solo etc.;; 9. Deverão ser adotadas Soluções Técnicas adequadas à perfeita drenagem das águas superficiais de forma a proteger as vias e as áreas a serem construídas dos processos erosivos; 10. Executar as obras de proteção dos taludes, com vistas a evitar o carreamento do material e executar a revegetação com espécies apropriadas, típicas da região, de forma a fixar o material e evitar erosões; 11. Durante a execução das obras não utilizar áreas protegidas como local de movimentação e deposição de materiais bem como local de manobra para máquinas e equipamentos de maneira a não causar dano à cobertura vegetal existente;		
12 - DATA EMISSÃO 03/04/2021		Pag.1/2

Documento assinado digitalmente

Assinado em 03/04/2021 15:59:37

Código de Autenticação : EG676CE9

Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

Autenticidade em <http://www.cprh.pe.gov.br/assinaturadigital/chanceladigital.php?id=01.21.03.001044-6&cd=EG676CE9>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

12. Manter sempre úmidos os caminhos e desvios, de modo a se evitar o levantamento de poeira, principalmente nas áreas próximas as habitações;
 13. As cotas de terreno deverão obedecer ao projeto aprovado do greide dos arruamentos e de galerias de águas pluviais.

10 - Requisitos

1. A vegetação nativa é protegida por Lei Federal nº. 12.651/2012 e não poderá ser retirada sem prévia autorização da CPRH;
2. Deverá ser obedecido o Art. 4º da Lei Federal 12.651/2012;
3. O empreendimento deve estar de acordo com a legislação municipal no que diz respeito às diretrizes de uso e ocupação do solo contidas no Plano Diretor ou anuência municipal;
4. A empresa deverá atender as exigências previstas na Lei Estadual 14.236/2010 que estabelece a Política Estadual de Resíduos Sólidos;
5. A empresa deverá cumprir as exigências previstas na Lei Estadual 14.249/2010 que dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações administrativas;
6. A emissão de sons e ruídos em decorrência das diversas atividades previstas deverá obedecer aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas pela Legislação vigente (Resolução CONAMA nº 01/90, normas da ABNT: NBR nº 10151 e NBR nº 10152).

11 - Observação

1. A referida licença fundamenta-se no traçado gráfico dos limites da propriedade apresentado, não implicando por parte da CPRH no reconhecimento da veracidade do levantamento, nem do direito de propriedade;
2. O empreendedor é responsável civil, penal e administrativamente pelos danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer parte da presente licença;
3. Todas as obras deverão ser feitas de acordo com o órgão responsável pelo trânsito;
4. A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal;
5. Não será permitido o lançamento no solo de qualquer efluente líquido, principalmente as águas servidas e/ou resíduos provenientes da manutenção (óleo, graxas, etc.) dos equipamentos, sem tratamento adequado, em consonância com a legislação vigente e prévio licenciamento da CPRH;
6. Caso venha existir reclamações da população vizinha em relação a problema de poluição Ambiental causados pelo empreendedor, este deverá tomar as medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência, de acordo com a Legislação Ambiental;
7. Em caso de acidentes a empresa deverá tomar as medidas necessárias, a fim de evitar danos ambientais e informar imediatamente a CPRH;
8. O não atendimento às exigências e prazos implicará na perda da validade da presente Licença;
9. As licenças ambientais serão renovadas mediante requerimento protocolado perante a CPRH, até 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento.

12 - DATA EMISSÃO

03/04/2021

Pag.2/2

Documento assinado digitalmente

Assinado em 03/04/2021 15:59:37

Código de Autenticação : EG676CE9

Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

Autenticidade em <http://www.cprh.pe.gov.br/assinaturadigital/chanceladigital.php?id=01.21.03.001044-6&cd=EG676CE9>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º